

E O CONGRESSO NÃO CONSEGUE TRABALHAR

VICENTE DIANEZI FILHO

O Congresso Nacional caminha para encerrar os trabalhos deste ano já em maio próximo — muitos meses antes do prazo oficial marcado para dezembro. “Se a legislatura acabar agora vai ser muito ruim”, adverte o deputado José Genoíno (PT-SP). Os parlamentares sofrerão um grande desgaste político justamente num ano eleitoral — muitos pretendem a reeleição. “Um suicídio político”, define o deputado. Pior será para milhões de brasileiros que esperam, há mais de 18 meses, a regulamentação de quase uma centena de direitos inscritos na nova Constituição.

Entre os direitos que exigem regulamentação estão a defesa do consumidor, os planos de custeio e benefícios da Previdência Social, os direitos autorais, a lei agrícola e o mandado de injunção. Há ainda direitos sociais a serem normatizados, como o aviso prévio, a greve no serviço público e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Fora da pauta pós-constitucional, existem projetos em estudo que também interessam à sociedade: o novo sistema financeiro da habitação, as diretrizes básicas da educação e a reposição salarial.

Os trabalhos, no entanto, andam emperrados. “Temos um presidente da República imperial”, acusa o deputado carioca Doutel de Andrade, líder do PDT na Câmara Federal. No raciocínio do deputado, o problema não é do Congresso, mas da enxurrada de medidas provisórias enviadas pelo Executivo para apreciação dos parlamentares. As medidas provisórias — bem como os vetos da Presidência às suas emendas — têm precedência sobre qualquer outro assunto em exame no Congresso. O governo impede a eventual derrubada dos vetos, orientando seus parlamentares a deixarem o plenário. Sem quó-



Doutel acusa Collor e as medidas provisórias de emperrarem os trabalhos normais do Congresso Nacional

rum, não pode haver votação.

O Congresso tem mais de 35 votações relativas a medidas provisórias e vetos. Alguns vetos ainda são herança do governo Sarney.

Essas questões, em tese, não deveriam emperrar os trabalhos da Câmara e do Senado — que podem atuar individualmente sobre os próprios projetos em estudo em cada Casa. No caso da Câmara, contudo, os trabalhos estavam emperrados, há um mês, por conta de mais de 30 projetos de concessão de emissoras de rádio e televisão. Só ontem, para remover o obstáculo, os parlamentares decidiram retirar tais projetos da lista de votação.

“Os trabalhos não andam porque a Câmara não tem direção política”, diz José Genoíno. No

seu entender, a presidência da Casa deveria comandar uma articulação com os líderes partidários, chegar a um consenso sobre os projetos mais relevantes e chamar os deputados para votação. No jargão parlamentar, trata-se do esforço concentrado. Um teste nesse sentido ocorre hoje, com uma reunião de lideranças para chegar a um consenso e desenterrar um projeto que regulamenta o instrumento da medida provisória.

Se ele for votado, os parlamentares definirão os casos de urgência e relevância nos quais caberá o uso desse instrumento pelo governo. Com isso, pensam limitar a sua utilização e impedir que o Executivo, diante do esvaziamento do Congresso, faça as suas vezes, e passe a legislar até o final do ano.

Vicente Dianezi